



Anais da Assembléia

N.º 132

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 22 DE OUTUBRO DE 1.979

ANO V

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA
ATA DA 125.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 22 DE OUTUBRO DE 1.979
SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Basílio Zanusso e Domício Scaramella.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelsom Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sugarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes. (57); achando-se ausente, em missão cultural, o Senhor Deputado Ezequias Losso.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Esta Presidência comunica aos Srs. Deputados, que se encontra presente no Salão Nobre deste Poder, a Sra. Anne Marie Reger, Vice-Presidente do Parlamento Federal Alemão, bem como de diversos Parlamentares. Para tanto, a Presidência suspende a sessão por alguns minutos, a fim de que Suas Excelências os Srs. Deputados possam cumprimentar e saudar os ilustres visitantes.

Está suspensa a sessão.

(É reaberta a sessão)

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGEM:

Mensagem N.º 143/79

Curitiba, 16 de outubro de 1.979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva majorar, a partir de 1.º de janeiro de 1.980, os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão, das funções gratificadas e de outras gratificações dos Quadros de Pessoal Civil dos Poderes Executivo, Judiciário, Legislativo e do Tribunal de Contas do Estado, dos Membros da Magistratura e do Ministério Público, dos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado, do Procurador Geral e dos Procuradores do mesmo Tribunal e dos integrantes da Polícia Militar do

Estado.

2. O aumento que o governo pretende conceder ao funcionalismo civil e militar, ativo e inativo, sem distinção, é constituído de duas partes: uma, por aplicação de um percentual fixo sobre os vencimentos-base das Tabelas de vencimentos em vigor; e outra, pela instituição de um módulo salarial variável, com a denominação de Parcela Adicional Social — PAS, fixada em 25% (vinte e cinco por cento) do Salário Mínimo Regional.

3. A Exposição de Motivos elaborada pela Secretaria de Estado dos Recursos Humanos, que faz parte desta Mensagem, esclarece as gestões e os critérios que levaram aquela Pasta a sugerir a majoração de vencimentos ora submetida à elevada consideração dessa colenda Assembléia Legislativa.

4. Tenho a certeza, Senhor Presidente, de que este Governo do Estado, ao formular esta proposição, o faz imbuído dos mais elevados propósitos de conciliar a retribuição devida ao funcionalismo com as disponibilidades orçamentárias e as diretrizes financeiras nacionais.

5. Tendo em vista os elevados interesses públicos, é solicitada, para apreciação da matéria contida no anexo plano de lei, a forma prevista pelo § 3.º, do artigo 25 da Constituição Estadual.

6. Certo de que a medida proposta merecerá dessa Casa de Leis o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os protestos de alta estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e das funções gratificadas dos Quadros de Pessoal Civil dos Poderes Executivo, Judiciário, Legislativo e do Tribunal de Contas do Estado, dos Membros da Magistratura e do Ministério Público, dos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado, do Procurador Geral e Procuradores do mesmo Tribunal e dos integrantes da Polícia Militar do Estado, ficam majorados em 42% (quarenta e dois por cento).

§ 1.º — Fica instituído em favor dos funcionários, de que trata o caput deste artigo, não beneficiados com a gratificação pelo exercício de função com risco de vida, prevista nos artigos 9.º e 10, desta lei, um módulo salarial variável, fixado em 25% (vinte e cinco por cento) do Salário Mínimo Regional, acompanhando suas variações e que terá a denominação de Parcela Adicional Social — PAS.

§ 2.º — Aos Magistrados, a vantagem de que trata o parágrafo anterior é concedida a título de verba de representação.

§ 3.º — A Parcela Adicional Social — PAS, não servirá de base ao cálculo de quaisquer outras vantagens.

Art. 2.º — A gratificação de produtividade instituída pelas Leis n.ºs 6.569, de 25 de junho de 1.974, 6.593, de 15 de agosto de 1.974, 6.641, de 04 de dezembro de 1.974, 6.787, de 31 de maio de 1.976 e 7.066, de 06 de dezembro de 1.978, fica majorada em 42% (quarenta e dois por cento), desprezadas as frações de cruzeiro.

Art. 3.º — O valor unitário do salário família atribuído ao funcionalismo estadual fica fixado em Cr\$ 145,00 (cento e quarenta e cinco cruzeiros).

Art. 4.º — O valor previsto no Art. 5.º, da Lei n.º 7.099, de 08 de janeiro de 1.979, fica fixado em Cr\$ 2.130,00 (dois mil, cento e trinta cruzeiros).

Art. 5.º — A média das vantagens instituídas pela Lei

n.º 6.212, de 09 de agosto de 1.971, incorporadas aos proventos de inativos fica com seu valor acrescido de 42% (quarenta e dois por cento).

Art. 6.º — As disposições desta lei, exceto as dos Artigos 9.º e 10, aplicam-se no que couber ao respectivo pessoal inativo, respeitado o critério de proporcionalidade pelo qual o funcionário tenha sido aposentado, reformado ou posto em disponibilidade.

Art. 7.º — Mediante decreto, o Chefe do Poder Executivo, baixará as tabelas de vencimentos e da vantagem decorrentes do art. 1.º, da presente lei, desprezadas as frações de cruzeiro.

Art. 8.º — O valor da Gratificação de Regência de Classe de que trata o artigo 10, da Lei n.º 7.099, de 08 de janeiro de 1.979, fica elevado para Cr\$ 29,00 (vinte e nove cruzeiros).

Art. 9.º — Fica incluído no Art. 13, da Lei n.º 6.417, de 03 de julho de 1.973, inciso 4, com a seguinte redação: "4 — gratificação pelo efetivo exercício de função com risco de vida, até o valor de um terço do soldo".

PARÁGRAFO ÚNICO — A gratificação pelo efetivo exercício em função com risco de vida, prevista neste artigo, será concedida, a partir da vigência desta lei, de acordo com o Regulamento a ser baixado, dentro de 30 dias, pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 10 — A gratificação pela execução de trabalho de natureza especial, com risco de vida, prevista no artigo 172, inciso V, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, será concedida, até o valor de um terço do vencimento-base do cargo efetivo, a partir da vigência desta lei, de acordo com o Regulamento a ser baixado dentro de 30 dias, pelo Chefe do Poder Executivo, aos funcionários ocupantes de cargos integrantes das carreiras do Quadro de Pessoal da Polícia Civil, de que trata o Anexo I, da Lei Complementar n.º 3, de 14 de maio de 1.974 e que estejam no efetivo exercício das atividades específicas da função policial, observado o disposto no art. 276, da referida Lei n.º 6.174/70.

PARÁGRAFO ÚNICO — O exercício de cargo ou função diversos da atividade policial, não ensejará o recebimento da gratificação prevista neste artigo, assim como é vedado o seu pagamento a funcionário não integrante do Quadro de Pessoal da Polícia Civil.

Art. 11 — Esta lei entrará em vigor em 1.º de janeiro de 1.980, revogadas as disposições em contrário.

Of. n.º 3.900/79.

Curitiba, 12 de outubro de 1.979

Exposição de motivos.

- I. Acolho a sugestão sobre a gratificação de risco de vida.
- II. Encaminhe-se Mensagem solicitando aprovação no prazo de 45 dias.

(a) NEY BRAGA
Governador do Estado

Senhor Governador:

As atuais tabelas de vencimentos dos funcionários públicos civis e militares do Estado foram baixadas com a Lei n.º 7.099, de 08 de janeiro de 1.979, com vigência a partir de 1.º de janeiro de 1.980.

A política salarial adotada pelo Governo Federal e seguida pelos Estados da Federação, tem recomendado a revisão anual das tabelas retributivas do funcionalismo, de forma a atualizá-las em valores compatíveis com a realidade salarial e com as possibilidades do erário público, tendo-se em vista a variação do poder aquisitivo da moeda e a conseqüente oscilação no custo de vida.

Por outro lado, embora a reação da receita pública seja lenta e não responda de imediato na mesma proporção de

tais variações, dificultando a execução de qualquer plano que envolva aumento de despesa, foram realizados estudos visando a revisão das escalas de vencimentos do funcionalismo em geral, atendendo o propósito humano do Governo, de dar prioridade aos atos que visem ensejar condições sociais mais condizentes com o trabalho do homem e suas necessidades, qualquer que seja a atividade que desempenhe no contexto regional.

Graças ao trabalho desenvolvido em conjunto, por esta Secretaria, a do Planejamento e a das Finanças, tornou-se possível a conciliação dos elevados interesses do Estado, no que concerne aos assuntos de ordem orçamentária, financeira e sobretudo social, para concluir-se pela viabilidade do aumento de vencimentos propostos.

Definidas as bases de ordem técnica, nas áreas competentes e utilizada ao máximo a flexibilidade do orçamento, foi estabelecido, em termos objetivos, um reajustamento de vencimentos calcado numa justa distribuição percentual de forma que sua incidência de acordo com nova sistemática, venha a ser inversamente proporcional às atuais escalas de vencimentos-base.

Nessa ordem de raciocínio foram adotados dois critérios, como regra para a fixação do aumento:

Primeiro - a aplicação de um percentual fixo, invariável, incidindo sobre todos os vencimentos-base das tabelas, símbolos e cargos, que vem sendo pagos atualmente;

Segundo — a instituição de um módulo salarial variável, na forma de Parcela Adicional Social — PAS, a qual, para os efeitos da lei proposta, está sendo fixada em 25% (vinte e cinco por cento) do salário mínimo Regional e acompanhará as suas variações.

Merece um especial destaque, a criação da Parcela Adicional Social — PAS, por se tratar de um instituto novo, de caráter eminentemente social. Vinculada ao Salário Mínimo e, variando no futuro com as suas alterações, essa Parcela refletirá com bastante intensidade em benefício da economia dos funcionários de menor renda mensal, chegando a significar neste plano de reajustamento, adicionada ao percentual fixo, um aumento de forma que 49,9% do funcionalismo terá mais de 60%, 79,5% (setenta e nove vírgula cinco por cento) por cento) terá mais de 55 % (cinquenta e cinco por cento) e 92,2% (noventa e dois vírgula dois por cento) terá mais 50% (cinquenta por cento) de aumento.

É uma inovação no contexto da remuneração do funcionalismo estadual, com abrangência geral e indiscriminada sobre todos os funcionários públicos e policiais militares, ativos e inativos, em todos os graus de suas hierarquias funcionais.

Embora reconhecendo que o impacto da despesa resultante da elevação de vencimentos proposta, no orçamento do Estado para 1.980, poderá influir noutros setores de investimentos públicos, decidimos adotá-la em razão da importante função social que a medida encerra, beneficiando a laboriosa classe dos servidores do Estado.

Os quadros demonstrativos que seguem em anexo, acompanhados de gráficos representativos dos reajustes, retratam com bastante clareza a incidência real da aplicação do percentual e da Parcela Adicional Social — PAS, nos vencimentos de quase todas as categorias funcionais.

Acresce notar ainda, que sobre os vencimentos-base que aparecem nos demonstrativos acima referidos, o funcionalismo, de um modo geral, percebe gratificações a outros títulos, como por exemplo, por tempo integral, serviços extraordinários, adicionais por tempo de serviço, produtividade, quotas, encargos especiais, regência de classe, função gratificada e outras, que somadas aos vencimentos-base expressam grande melhoria na remuneração final.

O projeto de lei proposto majora, também com o mesmo percentual, a gratificação de produtividade, o salário família, as pensões especiais concedidas pelo Estado, as quotas

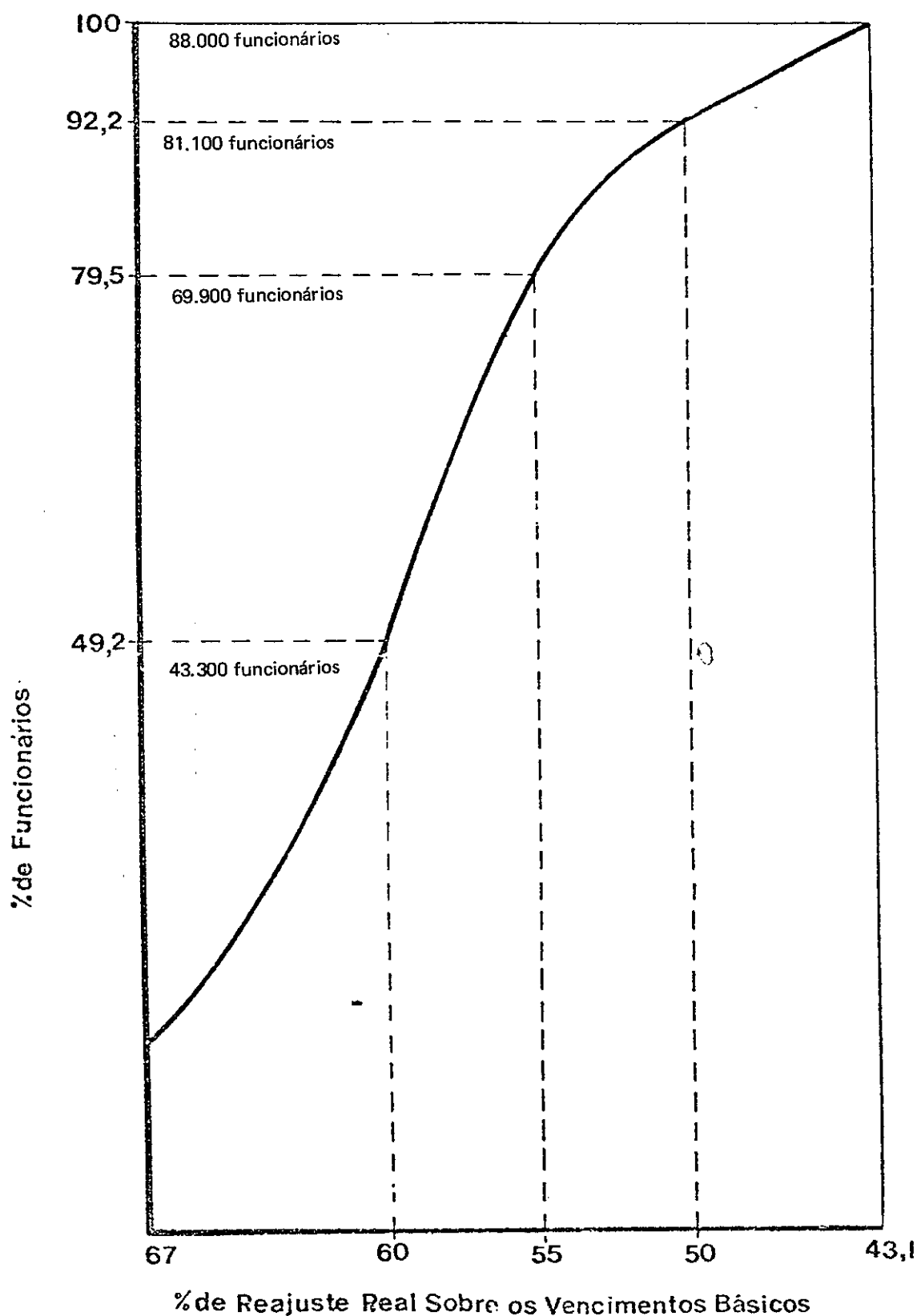
de produtividade de que trata a Lei n.º 6.212/71 e a gratificação de regência de classe.

Finalmente, permitímo-nos sugerir a Vossa Excelência a possibilidade de ser concedida aos policiais civis e militares, a gratificação por trabalho que envolva risco de vida, até o limite de um terço do vencimento-base, ou soldo,

em substituição à Parcela Adicional Social — PAS. Tal sugestão parece-nos recomendável em razão das peculiaridades e do regime de vantagens pertinentes ao exercício de funções policiais e também porque, em última análise significa melhor remuneração ao pessoal do setor policial.

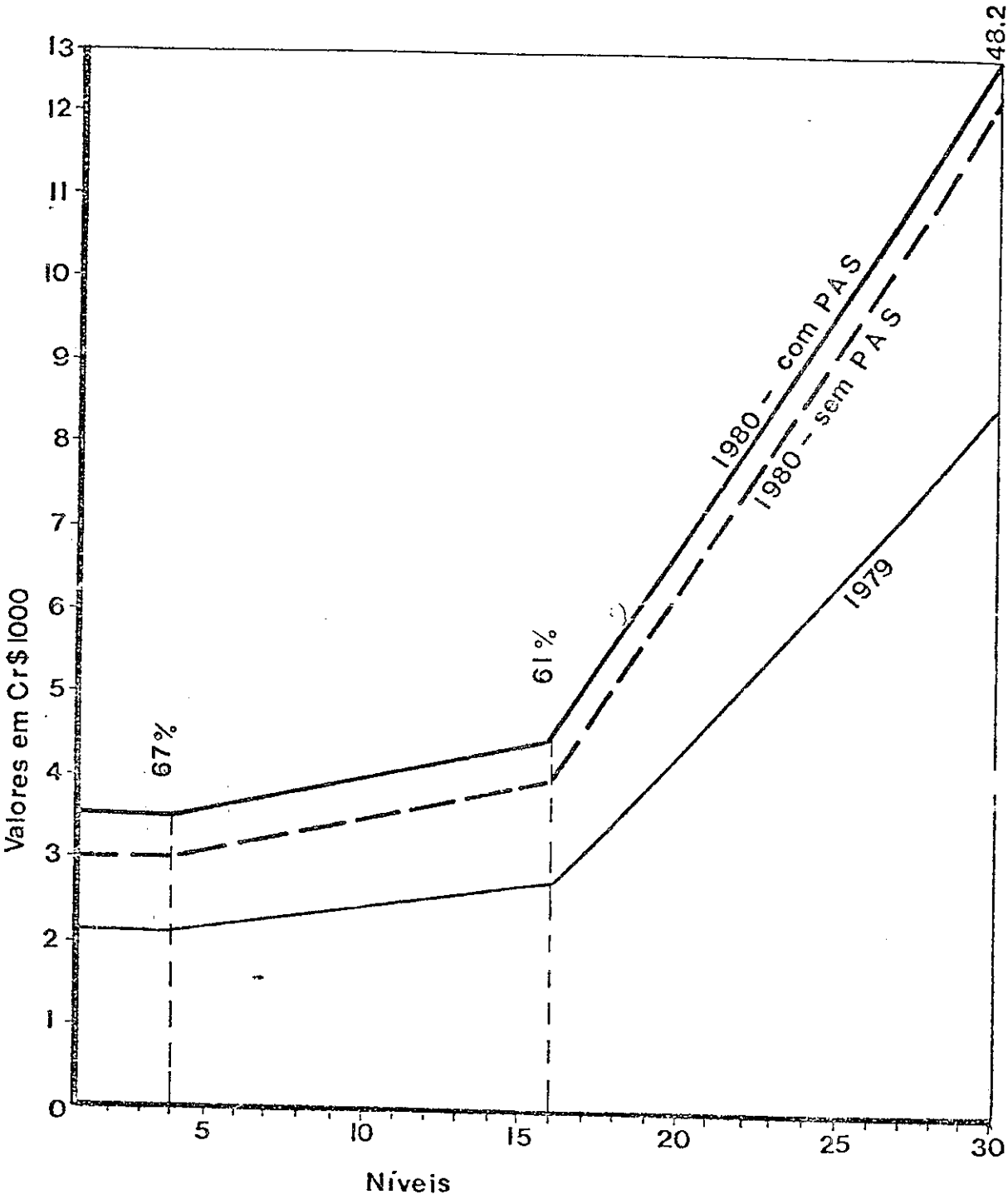
Na oportunidade, apresentamos a Vossa Excelência os nossos protestos de elevada consideração e distinto apreço.

GRÁFICO DEMONSTRATIVO DA INCIDÊNCIA DE REAJUSTE



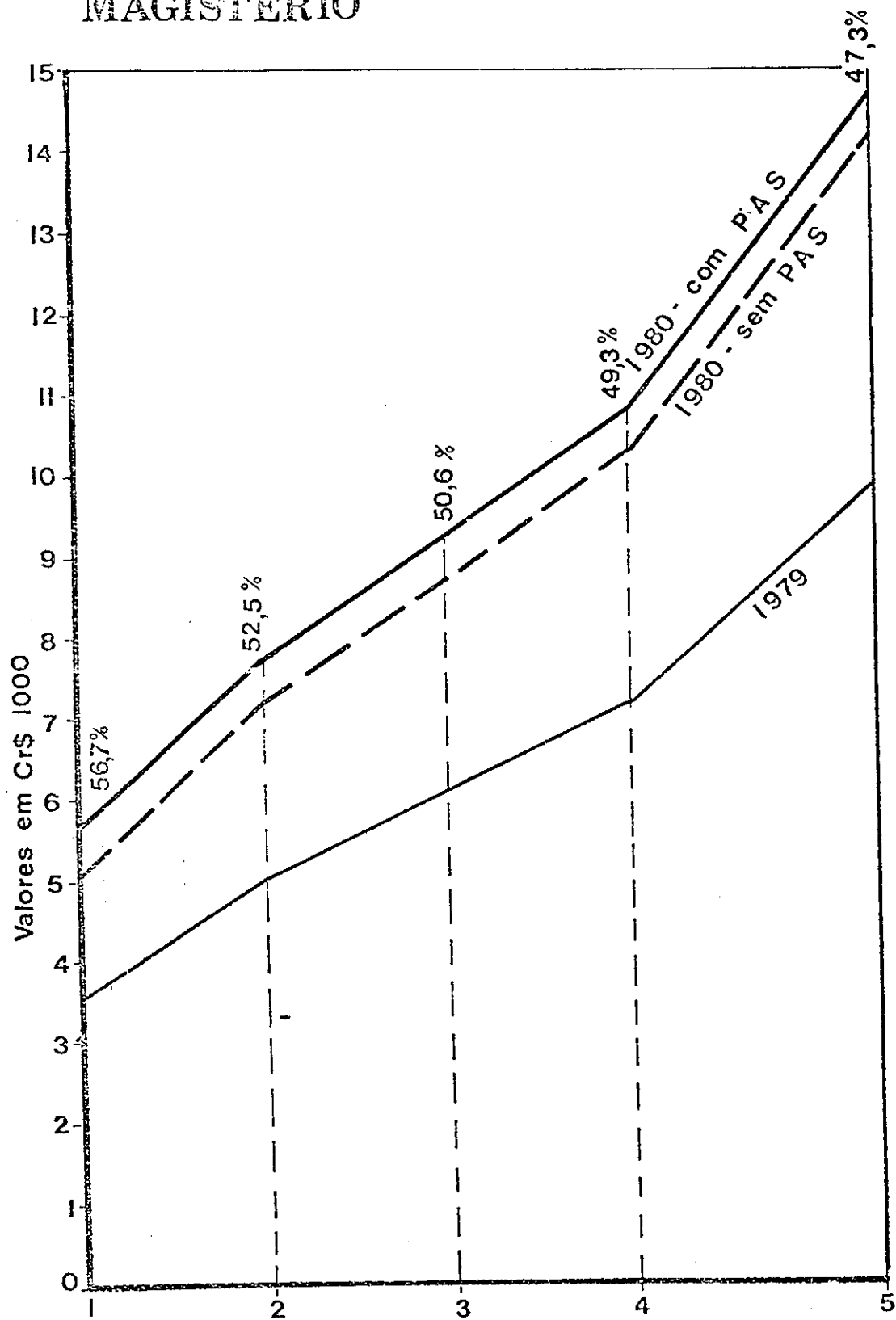
49,2% dos funcionários terão mais de 60%
79,5% dos funcionários terão mais de 55%
92,2% dos funcionários terão mais de 50%

GRÁFICO DEMONSTRATIVOS DOS VALORES
DOS NÍVEIS DO QUADRO ÚNICO DO
PODER EXECUTIVO



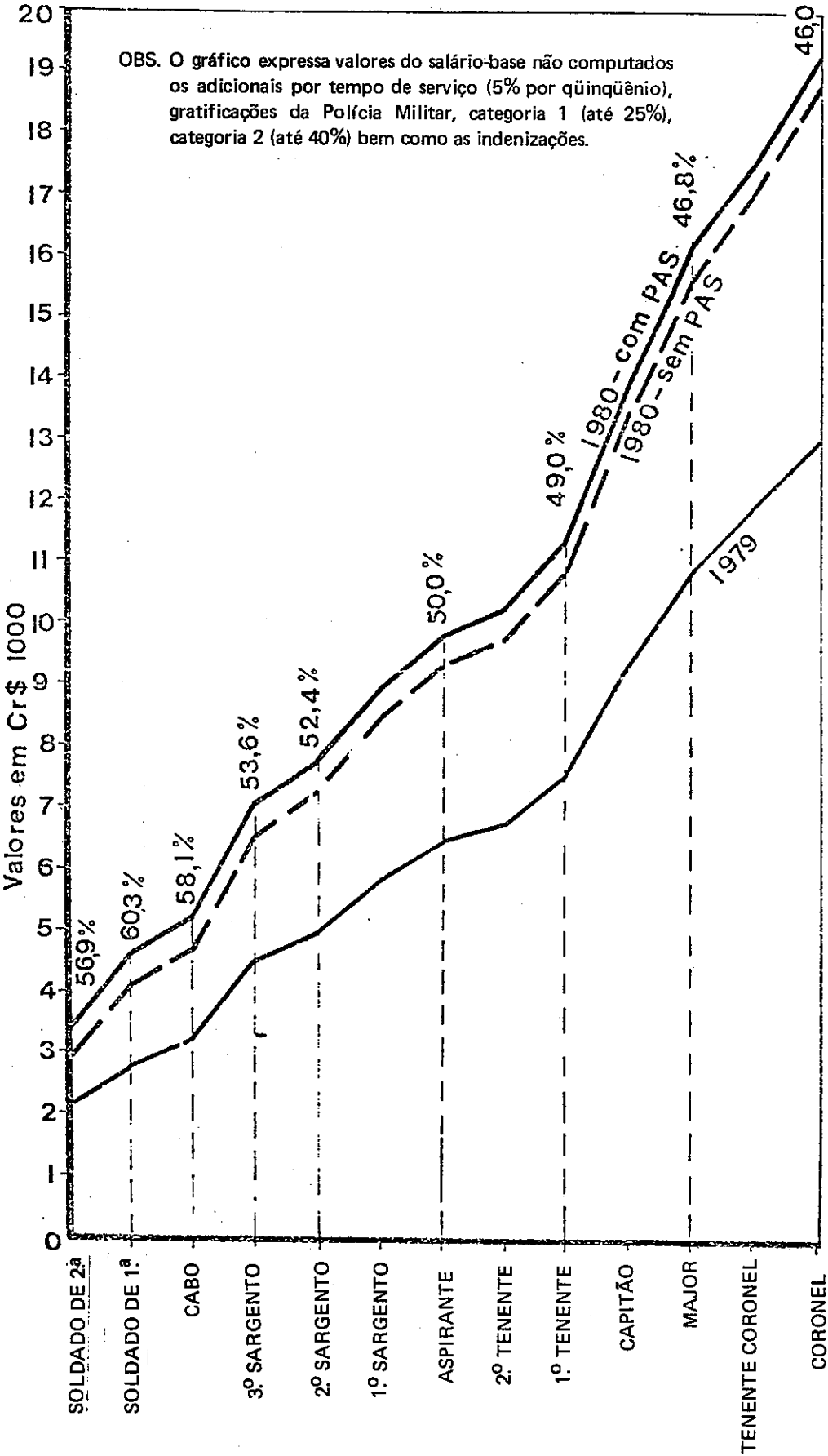
OBS. O gráfico expressa valores do salário base não computado os adicionais por tempo de serviço (5% por quinquênio) serviços extraordinários (mínimo de 33%) ou tempo integral (até 100%), produtividade e outras vantagens individualizadas.

GRÁFICO DEMONSTRATIVO DO REAJUSTE PARA O QUADRO DO MAGISTÉRIO



OBS. O gráfico expressa valores do salário-base não computado os adicionais por tempo de serviço (5% por quinquênio) e regência de classe (Cr\$ 754,00).

GRÁFICO DEMONSTRATIVO DO REAJUSTE PARA A POLÍCIA MILITAR



ANEXO
QUADRO ÚNICO DO PODER EXECUTIVO
DEMONSTRAÇÃO DO REAJUSTE PROPOSTO

NÍVEIS	VENCIMENTO-BASE		+	PAS =	REMUNERAÇÃO PARCIAL	%	*
	1.979	1.980					
1	2.107,00	2.991,00		527,00	3.518,00	67,0	
2	2.107,00	2.991,00		527,00	3.518,00	67,0	
3	2.107,00	2.991,00		527,00	3.518,00	67,0	
4	2.107,00	2.991,00		527,00	3.518,00	67,0	
5	2.125,00	3.017,00		527,00	3.544,00	66,7	
6	2.182,00	3.098,00		527,00	3.625,00	66,1	
7	2.240,00	3.180,00		527,00	3.707,00	65,4	
8	2.298,00	3.263,00		527,00	3.790,00	64,9	
9	2.356,00	3.345,00		527,00	3.872,00	64,3	
10	2.415,00	3.429,00		527,00	3.956,00	63,8	
11	2.472,00	3.510,00		527,00	4.037,00	63,3	
12	2.529,00	3.591,00		527,00	4.118,00	62,8	
13	2.588,00	3.674,00		527,00	4.201,00	62,3	
14	2.646,00	3.757,00		527,00	4.284,00	61,9	
15	2.704,00	3.839,00		527,00	4.366,00	61,4	
16	2.762,00	3.922,00		527,00	4.449,00	61,0	
17	3.102,00	4.404,00		527,00	4.931,00	58,9	
18	3.519,00	4.996,00		527,00	5.523,00	56,9	
19	3.922,00	5.569,00		527,00	6.096,00	55,4	
20	4.374,00	6.172,00		527,00	6.699,00	54,1	
21	4.760,00	6.759,00		527,00	7.286,00	53,0	
22	5.168,00	7.338,00		527,00	7.865,00	52,1	
23	5.586,00	7.932,00		527,00	8.459,00	51,4	
24	5.997,00	8.515,00		527,00	9.042,00	50,7	
25	6.409,00	9.100,00		527,00	9.627,00	50,2	
26	6.825,00	9.691,00		527,00	10.218,00	49,7	
27	7.242,00	10.283,00		527,00	10.810,00	49,2	
28	7.653,00	10.867,00		527,00	11.394,00	48,8	
29	8.065,00	11.452,00		527,00	11.979,00	48,5	
30	8.544,00	12.132,00		527,00	12.659,00	48,2	

* Nota explicativa:
A REMUNERAÇÃO FINAL inclui ainda os adicionais por tempo de serviço (5% por quinquênio) serviços extraordinários (mínimo de 33%) ou tempo integral (até 100%), produtividade e outras vantagens individualizadas.

ANEXO
QUADRO DO MAGISTÉRIO
DEMONSTRAÇÃO DO REAJUSTE PROPOSTO

NÍVEIS	VENCIMENTO-BASE		+	PAS =	REMUNERAÇÃO PARCIAL	%	*
	1.979	1.980					
1	3.574,00	5.075,00		527,00	5.602,00	56,7	
2	5.028,00	7.139,00		527,00	7.666,00	52,5	
3	6.109,00	8.674,00		527,00	9.201,00	50,6	
4	7.190,00	10.209,00		527,00	10.736,00	49,3	
5	9.920,00	14.086,00		527,00	14.613,00	47,3	

* Nota Explicativa:
A REMUNERAÇÃO FINAL inclui ainda os adicionais por tempo de serviço (5% por quinquênio), regências de classes (Cr\$ 754,00) e outras vantagens individuais.

ANEXO

TABELA ÚNICA DO PODER LEGISLATIVO E DO PODER JUDICIÁRIO

NÍVEIS	VENCIMENTO-BASE		+	PAS	= REMUNERAÇÃO PARCIAL	%	*
	1.979	1.980					
1	2.107,00	2.991,00		527,00	3.518,00	67,0	
2	2.107,00	2.991,00		527,00	3.518,00	67,0	
3	2.107,00	2.991,00		527,00	3.518,00	67,0	
4	2.107,00	2.991,00		527,00	3.518,00	67,0	
5	2.125,00	3.017,00		527,00	5.544,00	66,7	
6	2.182,00	3.098,00		527,00	3.625,00	66,1	
7	2.240,00	3.180,00		527,00	3.707,00	65,4	
8	2.298,00	3.263,00		527,00	3.790,00	64,9	
9	2.356,00	3.345,00		527,00	3.872,00	64,3	
10	2.415,00	3.429,00		527,00	3.956,00	63,8	
11	2.588,00	3.674,00		527,00	4.201,00	62,3	
12	2.723,00	3.866,00		527,00	4.393,00	61,3	
13	2.766,00	3.927,00		527,00	4.454,00	61,0	
14	2.814,00	3.995,00		527,00	4.522,00	60,6	
15	3.189,00	4.528,00		527,00	5.055,00	58,5	
16	3.551,00	5.042,00		527,00	5.569,00	56,8	
17	3.981,00	5.653,00		527,00	6.180,00	55,2	
18	4.411,00	6.263,00		527,00	6.790,00	53,9	
19	4.835,00	6.865,00		527,00	7.392,00	52,8	
20	5.262,00	7.472,00		527,00	7.999,00	52,0	
21	5.695,00	8.086,00		527,00	8.613,00	51,2	
22	6.127,00	8.700,00		527,00	9.227,00	50,5	
23	6.554,00	9.306,00		527,00	9.833,00	50,0	
24	6.981,00	9.913,00		527,00	10.440,00	49,5	
25	7.403,00	10.512,00		527,00	11.039,00	49,1	
26	7.830,00	11.118,00		527,00	11.645,00	48,7	
27	8.264,00	11.734,00		527,00	12.261,00	48,3	
28	8.691,00	12.341,00		527,00	12.868,00	48,0	
29	9.122,00	12.953,00		527,00	13.480,00	47,7	
30	9.549,00	13.559,00		527,00	14.086,00	47,5	

* Nota Explicativa:
A REMUNERAÇÃO FINAL inclui ainda os adicionais por tempo de serviço (5% por quinquênio) serviços extraordinários (mínimo de 33%) ou tempo integral (até 100%), produtividade e outras vantagens individualizadas.

ANEXO

QUADRO DA POLÍCIA MILITAR

DEMONSTRAÇÃO DO REAJUSTE PROPOSTO

POSTO	VENCIMENTO-BASE		+	PAS	= REMUNERAÇÃO PARCIAL	%	:
	1.979	1.980					
Coronel	13.059,00	18.543,00		527,00	19.070,00	46,0	
Tenente Coronel	11.922,00	16.929,00		527,00	17.456,00	46,4	
Major	10.917,00	15.502,00		527,00	16.029,00	46,8	
Capitão	9.402,00	13.350,00		527,00	13.877,00	47,6	
1.º Tenente	7.561,00	10.736,00		527,00	11.263,00	49,0	
2.º Tenente	6.803,00	9.660,00		527,00	10.187,00	49,7	
Aspirante	6.542,00	9.289,00		527,00	9.816,00	50,0	
Sub-Tenente	6.542,00	9.289,00		527,00	9.816,00	50,0	
1.º Sargento	5.876,00	8.343,00		527,00	8.870,00	51,0	
2.º Sargento	5.040,00	7.156,00		527,00	7.683,00	52,4	
3.º Sargento	4.544,00	6.452,00		527,00	6.979,00	53,6	
Cabo	3.264,00	4.634,00		527,00	5.161,00	58,1	
Soldado 1.ª	2.872,00	4.078,00		527,00	4.605,00	60,3	
Soldado 2.ª	2.107,00	2.780,00		527,00	3.307,00	56,9	**

Notas Explicativas:
* A REMUNERAÇÃO FINAL inclui ainda os adicionais por tempo de serviço (5% por quinquênio), gratificação policial militar categoria I (de 10 a 25%), gratificação de função policial militar II, tipos I (35%) e II (30%) e as indenizações.
** O soldo do soldado de 2.ª classe corresponde a 0.15 do soldo do Coronel.

ANEXO
QUADRO DA POLÍCIA CIVIL
DEMONSTRAÇÃO DO REAJUSTE PROPOSTO

CARGOS	VENCIMENTO-BASE		+	REMUNERAÇÃO		%	*
	1.979	1.980		PAS =	PARCIAL		
Delegado 1. ^a	13.059,00	18.543,00		527,00	19.070,00	46,0	
Delegado 2. ^a	11.883,00	16.873,00		527,00	17.400,00	46,4	
Médico Legista 1. ^a , Químico Legal 1. ^a , Perito Criminal 1. ^a , Toxicologista 1. ^a	10.969,00	15.575,00		527,00	16.102,00	46,8	
Delegado 3. ^a	10.708,00	15.205,00		527,00	15.732,00	46,9	
Médico Legista 2. ^a , Químico Legal 2. ^a , Perito Criminal 2. ^a , Toxicologista 2. ^a	10.447,00	14.834,00		527,00	15.361,00	47,0	
Delegado 4. ^a	10.186,00	14.464,00		527,00	14.991,00	47,2	
Médico Legista 3. ^a , Químico Legal 3. ^a , Perito Criminal 3. ^a , Toxicologista 3. ^a	9.924,00	14.106,00		527,00	14.633,00	47,5	
Médico Legista 4. ^a , Químico Legal 4. ^a , Perito Criminal 4. ^a , Toxicologista 4. ^a	9.402,00	13.350,00		527,00	13.877,00	47,6	
Perito Policial 1. ^a	7.835,00	11.125,00		527,00	11.652,00	48,7	
Perito Policial 2. ^a	7.574,00	10.755,00		527,00	11.282,00	49,0	
Perito Policial 3. ^a	7.313,00	10.384,00		527,00	10.911,00	49,2	
Perito Policial 4. ^a	7.051,00	10.012,00		527,00	10.539,00	49,5	
Detetive 1. ^a	6.921,00	9.827,00		527,00	10.354,00	49,6	
Escrivão 1. ^a	6.790,00	9.641,00		527,00	10.168,00	49,7	
Detetive 2. ^a	6.529,00	9.271,00		527,00	9.798,00	50,1	
Escrivão 2. ^a	6.200,00	8.900,00		527,00	9.427,00	50,4	
Detetive 3. ^a	6.137,00	8.714,00		527,00	9.241,00	50,6	
Detetive 4. ^a , Escrivão 3. ^a , Datiloscopista 1. ^a	5.745,00	8.157,00		527,00	8.684,00	51,2	
Investigador 1. ^a	5.354,00	7.602,00		527,00	8.129,00	51,8	
Escrivão 4. ^a	5.223,00	7.416,00		527,00	7.943,00	52,1	
Radiotécnico 1. ^a , Investigador 2. ^a , Datiloscopista 2. ^a	4.962,00	7.046,00		527,00	7.573,00	52,6	
Radiotécnico 2. ^a	4.701,00	6.675,00		527,00	7.202,00	53,2	
Investigador 3. ^a	4.570,00	6.489,00		527,00	7.016,00	53,5	
Datiloscopista 3. ^a	4.440,00	6.304,00		527,00	6.831,00	53,9	
Radiotécnico 3. ^a	4.309,00	6.118,00		527,00	6.645,00	54,2	
Investigador 4. ^a	4.178,00	5.932,00		527,00	6.459,00	54,6	
Radiotécnico 4. ^a	4.048,00	5.748,00		527,00	6.275,00	55,0	
Agente de Segurança 1. ^a , Datiloscopista 4. ^a	3.917,00	5.562,00		527,00	6.089,00	55,5	
Motorista Policial 1. ^a	3.787,00	5.377,00		527,00	5.904,00	55,9	
Agente de Segurança 2. ^a	3.525,00	5.005,00		527,00	5.532,00	56,9	
Motorista Policial 2. ^a	3.395,00	4.820,00		527,00	5.347,00	57,5	
Agente de Segurança 3. ^a , Radiocomunicador 1. ^a	3.264,00	4.634,00		527,00	5.161,00	58,1	
Auxiliar de Necrópsia 1. ^a , Radiocomunicador 2. ^a , Agente de Segurança 4. ^a , Motorista Policial 3. ^a	3.003,00	4.264,00		527,00	4.791,00	59,5	
Auxiliar de Necrópsia 2. ^a	2.872,00	4.078,00		527,00	4.005,00	60,3	
Motorista Policial 4. ^a , Auxiliar de Necrópsia 1. ^a , Radiocomunicador 3. ^a	2.742,00	3.893,00		527,00	4.420,00	61,2	
Auxiliar de Necrópsia 4. ^a	2.611,00	3.707,00		527,00	4.234,00	62,2	
Servente de Necrópsia 2. ^a , Radiocomunicador 4. ^a	2.481,00	3.523,00		527,00	4.050,00	63,2	
Servente de Necrópsia 3. ^a	2.220,00	3.152,00		527,00	3.679,00	65,7	
Servente de Necrópsia 4. ^a	2.107,00	2.780,00		527,00	3.307,00	66,9	

Notas Explicativas:

* A REMUNERAÇÃO FINAL inclui ainda adicionais por tempo de serviço (5% por quinquênio) e tempo integral (120%).

** O salário de serv. de necróp. 4.^a, corresponde à 0.15 do Delegado de 1.^a

ANEXO

QUADRO DA COORDENAÇÃO DA RECEITA DO ESTADO
DEMONSTRAÇÃO DO REAJUSTE PROPOSTO

SÍMBOLO	VENCIMENTO-BASE		+ PAS = REMUNERAÇÃO PARCIAL		%	*
	1.979	1.980				
1 C	10.566,00	15.003,00	527,00	15.530,00	47,0	
1 B	9.840,00	13.972,00	527,00	14.499,00	47,3	
1 A	8.889,00	12.622,00	527,00	13.149,00	47,9	
2 C	8.036,00	11.411,00	527,00	11.938,00	48,6	
2 B	7.476,00	10.615,00	527,00	11.142,00	49,0	
2 A	6.955,00	9.876,00	527,00	10.403,00	49,6	
3 C	6.470,00	9.187,00	527,00	9.714,00	50,1	
3 B	6.020,00	8.548,00	527,00	9.075,00	50,7	
3 A	5.600,00	7.952,00	527,00	8.479,00	51,4	
4 D	5.600,00	7.952,00	527,00	8.479,00	51,4	
4 C	5.180,00	7.355,00	527,00	7.882,00	52,2	
4 B	4.200,00	5.964,00	527,00	6.491,00	54,5	
4 A	2.800,00	3.976,00	527,00	4.503,00	60,8	

* Nota Explicativa:

A REMUNERAÇÃO FINAL inclui ainda os adicionais (5% por (quinqüênio), gratificação de 2/3 sobre os vencimentos e quotas de produtividade (até 200% sobre o vencimento).

ANEXO

QUADRO DOS ENGENHEIROS
DEMONSTRAÇÃO DO REAJUSTE PROPOSTO

CLASSE	VENCIMENTO-BASE		+ PAS = REMUNERAÇÃO PARCIAL		%	*
	1.979	1.980				
1.a	28.392,00	40.316,00	527,00	40.843,00	43,9	
2.a	25.552,00	36.283,00	527,00	36.180,00	44,1	
3.a	22.996,00	32.654,00	527,00	33.181,00	44,3	
4.a	20.696,00	29.388,00	527,00	29.915,00	44,5	
5.a	18.396,00	26.122,00	527,00	26.649,00	44,9	

* Nota Explicativa:

A REMUNERAÇÃO FINAL inclui ainda os adicionais por tempo de serviço (5% por quinqüênio) e a gratificação de produtividade.

ANEXO

QUADRO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
DEMONSTRAÇÃO DO REAJUSTE PROPOSTO

PROCURADORES:

CLASSE	VENCIMENTO-BASE		+ PAS = REMUNERAÇÃO PARCIAL		%	*
	1.979	1.980				
1.a	28.392,00	40.316,00	527,00	40.843,00	43,9	
2.a	25.552,00	36.283,00	527,00	36.180,00	44,1	
3.a	22.996,00	32.654,00	527,00	33.181,00	44,3	

ADVOGADOS:

1.a	18.396,00	26.122,00	527,00	26.649,00	44,9	
2.a	16.556,00	23.509,00	527,00	24.036,00	45,2	

* Nota Explicativa:

A REMUNERAÇÃO FINAL inclui ainda os adicionais por tempo de serviço (5% por quinqüênio) e a gratificação de produtividade.

ANEXO
QUADRO DA MAGISTRATURA
DEMONSTRAÇÃO DO REAJUSTE PROPOSTO

CARGO	VENCIMENTO-BASE		+ PAS = REMUNERAÇÃO PARCIAL		%	*
	1.979	1.980				
Desembargador	48.976,00	69.545,00	527,00	70.072,00	43,1	
Juiz do Tribunal de Alçada	46.526,00	66.066,00	527,00	66.593,00	43,1	
Juiz de Entrância Final e Auditor Justiça Militar	43.531,00	61.814,00	527,00	62.341,00	43,2	
Juiz de Entrância Intermediária	39.180,00	55.635,00	527,00	56.162,00	43,3	
Juiz de Entrância Inicial	35.261,00	50.070,00	527,00	50.597,00	43,5	
Juiz Adjunto	31.733,00	45.060,00	527,00	45.587,00	43,7	

* Nota Explicativa:

A REMUNERAÇÃO FINAL inclui ainda os adicionais por tempo de serviço (5% por quinquênio) e verba de representação.

ANEXO
TRIBUNAL DE CONTAS
DEMONSTRAÇÃO DO REAJUSTE PROPOSTO

SÍMBOLO TC	VENCIMENTO-BASE		+ PAS = REMUNERAÇÃO PARCIAL		%	*
	1.979	1.980				
100 – 5	18.928,00	26.877,00	527,00	27.404,00	44,8	
100 – 4	15.960,00	22.663,00	527,00	23.190,00	45,3	
100 – 3	12.880,00	18.289,00	527,00	18.816,00	46,1	
100 – 2	10.304,00	14.631,00	527,00	15.158,00	47,1	
100 – 1	9.128,00	12.961,00	527,00	13.488,00	47,8	
200 – 2	8.820,00	12.524,00	527,00	13.051,00	48,0	
200 – 1	8.470,00	12.027,00	527,00	12.554,00	48,2	
300 – 5	8.092,00	11.490,00	527,00	12.017,00	48,5	
300 – 4	7.560,00	10.735,00	527,00	11.262,00	49,0	
300 – 3	6.860,00	9.741,00	527,00	10.268,00	49,7	
300 – 2	6.160,00	8.747,00	527,00	9.274,00	50,6	
300 – 1	5.880,00	8.349,00	527,00	8.876,00	51,0	
400 – 3	5.600,00	7.952,00	527,00	8.479,00	51,4	
400 – 2	5.040,00	7.156,00	527,00	7.683,00	52,4	
400 – 1	4.340,00	6.162,00	527,00	6.689,00	54,1	
500 – 3	3.990,00	5.665,00	527,00	6.192,00	55,2	
500 – 2	3.556,00	5.049,00	527,00	5.576,00	56,8	
500 – 1	2.800,00	3.976,00	527,00	4.503,00	60,8	

* Nota Explicativa:

A REMUNERAÇÃO FINAL inclui ainda os adicionais por tempo de serviço (5% por quinquênio), serviços extraordinários (mínimo 33%), ou tempo integral (até 100%), gratificação de produtividade e outras vantagens individualizadas.

ANEXO
TRIBUNAL DE CONTAS
DEMONSTRAÇÃO DO REAJUSTE PROPOSTO

CARGOS	VENCIMENTO-BASE		+ PAS	= REMUNERAÇÃO PARCIAL	%	*
	1.979	1.980				
Conselheiro e Procurador Geral	48.976,00	69.545,00	527,00	70.072,00	43,1	
Auditor e Procurador	44.077,00	62.589,00	527,00	63.116,00	43,2	

* Nota Explicativa:
A REMUNERAÇÃO FINAL inclui ainda os adicionais por tempo de serviço (5% por quinquênio) e gratificação de produtividade.

ANEXO
QUADRO DO PODER JUDICIÁRIO
DEMONSTRAÇÃO DO REAJUSTE PROPOSTO

CARGO	VENCIMENTO-BASE		+ PAS	= REMUNERAÇÃO PARCIAL	%	*
	1.979	1.980				
Assistente Jurídico TJ-1	15.331,00	21.770,00	527,00	22.297,00	45,4	
Assistente Jurídico TJ-2	17.035,00	24.189,00	527,00	24.716,00	45,1	
Assistente Jurídico TJ-3	18.928,00	26.877,00	527,00	27.404,00	44,8	
PARTE SUPLEMENTAR						
Assessor de Imóveis	18.372,00	26.088,00	527,00	26.615,00	44,9	

* Nota Explicativa:
A REMUNERAÇÃO FINAL inclui ainda os adicionais por tempo de serviço (5% por quinquênio) e gratificação de produtividade.

ANEXO
VALORES DIVERSOS

Salário Família Cr\$ 145,00
Gratificação de Regência de Classe
Cr\$ 29,00 x 26 dias Cr\$ 754,00
Pensão Especial Cr\$ 2.130,00

ANEXO
TABELA DOS PROFESSORES SUPLEMENTARISTAS
BENEFICIADOS PELA LEI N.º 7.208, de 15.10.79

		VENCIMENTO-BASE		+ PAS	= REMUNERAÇÃO PARCIAL	%	*
		1.979	1.980				
Licenciatura Plena	22 horas	7.190,00	10.209,00	527,00	10.736,00	49,3	
	15 horas	4.902,00	6.690,00	527,00	7.487,00	52,7	
	10 horas	3.268,00	4.640,00	527,00	5.167,00	58,1	
Licenciatura Curta	22 horas	6.109,00	8.674,00	527,00	9.201,00	50,6	
	15 horas	4.165,00	5.914,00	527,00	6.441,00	54,6	
	10 horas	2.776,00	3.942,00	527,00	4.469,00	60,9	
Não Licenciado	22 horas	5.028,00	7.139,00	527,00	7.666,00	52,4	
	15 horas	3.428,00	4.867,00	527,00	5.394,00	57,3	
	10 horas	2.285,00	3.244,00	527,00	3.771,00	65,0	

* Nota Explicativa:
A REMUNERAÇÃO FINAL inclui ainda os adicionais por tempo de serviço (5% por quinquênio).

— Ao Departamento Legislativo.

Ofícios:

Sob o n.º 646/79, do Senhor Doutor Gastão Natal Simone, Secretário de Saúde e Bem Estar Social do Município de Maringá, encaminhando relatório de serviços prestados por aquela secretaria, referente ao mês de setembro do ano em curso e o relatório do Centro de Saúde Jardim Alvorada.—

Ciente. Arquite-se.

Ofício n.º 008/79, do Senhor Abel de Souza Moranguiera, Presidente da Associação de Câmaras Municipais do Noroeste Paranaense no qual encaminhou a este Poder requerimento do Senhor Osvaldo Jesus da Purificação, Presidente da Câmara Municipal de Santo Antônio do Caiuá no sentido de solicitar o empenho para que se efetue a alteração do artigo 35, item VII da Lei Orgânica dos Municípios.— **Ciente. Arquite-se.**

REQUERIMENTOS:**REQUERIMENTO**

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a consagração em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de pesar pelo passamento do Senhor Ricardo Eugênio Graeser, ocorrido em nossa Capital.

Requer, outrossim, após aprovação do presente, dê-se ciência à família enlutada, residente à Rua Assis Gonçalves 1443, Apartamento 58, Bloco 5, nesta cidade.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1.979.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, a consagração em ata dos trabalhos de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor ALZIRO ZARUR, fundador e presidente da Legião da Boa Vontade, ocorrido ontem no Rio de Janeiro.

Requer ainda, seja dado conhecimento do presente à família enlutada, na pessoa da viúva Senhora Irací Abreu Zarur e a Legião da Boa Vontade, com sede à Avenida Rio Branco, 43 — 3.º andar — Rio de Janeiro.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1.979.

(a) ANTÔNIO FACCI.

JUSTIFICATIVA:

Como justificativa, transcrevo a Biografia do pranteado líder religioso:

"ALZIRO ZARUR, nasceu no Rio de Janeiro a 25 de dezembro de 1.914. Estudou no Colégio Pedro II e na Faculdade Nacional de Direito, mas preferiu ser doutor em Evangelho e Apocalipse, que pregou por mais de 40 anos, e que considerou as obras mais importantes do mundo. Aos 15 anos, ingressou como jornalista profissional no matutino "A PÁTRIA", sob a direção de Diniz Júnior. Em 1.949 publicou seus "POEMAS DA ERA ATÔMICA" (duas edições de 5.000 e 10.000 exemplares, ambas imediatamente esgotadas). Publicou ainda: "A Síntese Final", "A Voz do Apocalipse", "Campanha do Bom Pensamento", "Diretrizes e Bases para o Ensino", "Jóias do Amor Universal; Jóias do Bom Pensamento; Jornal do Apocalipse; Jornal da Boa Vontade; Jornal de Deus; Jornal do Novo Mandamento; LBV e Espiritismo; Mensagens do Presidente AZ; O Unificador; Pensamentos desde 1.949; Religião de Deus; Revista da Boa Vontade; Soldadinhos de Deus; Vamos Falar com Deus e Vinte e Cinco Anos de Pioneirismo."

Tem vários livros inéditos, entre eles: "O Brasil no Apocalipse e Mensagem de Jesus para os Sobreviventes". Lançou em todo o Brasil o "Jornal da Paz", Mensário, atingindo a tiragem de 150.000 exemplares. Entretanto, se reunisse o que

escreveu em jornais e revistas, desde 1930 certamente daria mais de cinquenta volumes sobre rádio, televisão, política e ciência, literatura e religião. Fundou a LBV, no dia 1.º de janeiro de 1.950, mas a Campanha da Boa Vontade teve início à 4 de março de 1.949, na Rádio Globo. Como jornalista, foi aposentado pelo INPS em 1.965, ano que fundou em plena Revolução, o Partido da Boa Vontade (PBV), com uma linha de ação sintetizada no lema: POLÍTICA É A RELIGIÃO FILOSÓFICA E CIENTIFICAMENTE PRATICADA.

Na Rádio Mundial, de 1.956 a 1.966, divulgou toda a Bíblia Sagrada, de meia em meia hora, durante as 24 horas do dia, fato único em todo o mundo. Seus programas, desde 1.º de Novembro de 1.966, foram transmitidos por diversas emissoras. Autor da Cruzada de Religiões Irmanadas, em prol da Liberdade Religiosa. Realizou muitos programas culturais em televisão, dentro da série "O Povo Quer Saber", respondendo sobre os mais variados assuntos. Recentemente, atendendo ao pedido do Senador Nelson Carneiro, analisou a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação. Foi sócio remido da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), um dos pioneiros do Sindicato dos Jornalistas Profissionais e tantas outras instituições respeitáveis. Recebeu das mãos do Nuncio Apostólico do Brasil - Dom Sebastião Baggio - a Medalha do Papa Paulo VI "por serviços prestados à causa do Ecumenismo". Em 1965, foi-lhe conferido o título de Radialista do IV Centenário, quando a cidade comemorava 400 anos de sua fundação. Recebeu também, com mais nove (09) outros descendentes de sírios libaneses (os dez mais famosos) condecoração da Liga dos Estados Árabes, das mãos do Ministro Plenipotenciário da L.E.A. doutor Mansur Challita.

Alziro Zarur recebeu títulos de cidadania honorária de várias Comunidades Brasileiras, inclusive de Maringá, honrarias concedidas sempre pela unanimidade de seus membros. Alziro Zarur, foi durante sua vida, um verdadeiro Apóstolo da Paz, dedicando-se exclusivamente aos ensinamentos Cristãos, motivo pelo qual, merece a homenagem de todos os brasileiros, independentemente de credos religiosos.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento do Sr. Jorge Iede.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1.979.

(a) NESTOR BAPTISTA.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos legislativos do dia de hoje, um voto de aplausos ao jornal "DIÁRIO POPULAR", pela realização da promoção CHUTEIRA DE OURO, edição 1.979, premiando os principais valores do nosso futebol.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1.979.

(a) MÁRIO CELSO.

JUSTIFICATIVA:

Tornou-se tradição no Estado do Paraná a promoção CHUTEIRA DE OURO, coordenada pelo jornalista Costa Lima e promovida pelo jornal "Diário Popular". Dezenas de cronistas esportivos foram consultados, revelando uma pesquisa séria e bem fundamentada. O resultado prático desta pesquisa fica traduzido na seleção CHUTEIRA DE OURO, onde os melhores ganham destaque. Logo mais à noite, no Restaurante San Remo, no bairro de Santa Felicidade, os escolhidos estarão recebendo o valioso e tradicional troféu CHUTEIRA DE OURO. Eis a seleção dos principais valores do futebol paranaense, em

cada posição: MAZAROPI (Coritiba), ARY MARQUES (Colorado), LEVIR (Colorado), GARDEL (Coritiba) SIDNEY (Colorado), DIDI (Atlético), OSMARZINHO (Colorado), LUIZ FREIRE (Coritiba), BUIÃO (Colorado), TIÃO MARÇAL (Colorado) e ALADIM (Coritiba)

Foram escolhidos ainda, para homenagens especiais, os seguintes atletas e desportistas: Carlos Gardel Bruno (craque do ano) Yussef Gassen (craque revelação), Evangelino Neves (Presidente), Estevan Damiani Neto (diretor de futebol), Avelino de Abreu (supervisor), Geraldo Damasceno (técnico), Gilberto Tim (fisicultor), Laertes Fanchim (homenagem especial), José Macedo (médico), Oswaldo Sarti (massagista), Orlando Ribeiro (roupeiro), Luiz Gonzaga Mota Ribeiro (presidente da PFP), Heleno Nunes (presidente CBD), Giulitte Coutinho (presidente CND), Mozart Di Giorgio (secretário CBD) e Luiz Roberto Soares (Secretário de Estado da Cultura e Esporte).

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, VOTO DE CONGRATULAÇÕES À ASSOCIAÇÃO DOS DELEGADOS DE CARREIRA, pela escolha do Sr. ALI CHAIM para Delegado Honorário do Paraná.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1.979.

(a) NESTOR BAPTISTA.

JUSTIFICATIVA:

Tratando-se de conceituado jornalista, a escolha de ALI CHAIM deixa toda a classe gratificada.

A reportagem policial, com este jornalista, tem encontrado soluções para os mais diversos problemas.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER seja encaminhado expediente ao Sr. Ministro da Agricultura; Amaury Stálbe, exigindo apoio ao pequeno produtor paranaense, pois as pequenas propriedades têm sido absorvidas pelos grandes latifundiários. No Paraná, em 9 anos, desapareceram quase 180.000 pequenas propriedades rurais, gerando sérios problemas sociais e econômicos para o Estado. Os pequenos proprietários são obrigados a vender suas terras, para pagar dívidas de financiamentos, junto aos bancos oficiais. Se o governo não tomar medidas enérgicas, haverá fatalmente, o desaparecimento do minifúndio no Paraná.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1.979.

(a) FIORI LUIZ.

JUSTIFICATIVA:

O modelo econômico concentracionista traz reflexos desalentadores: em apenas 9 anos, cerca de 180.000 pequenas propriedades desapareceram no Paraná. Foram agregadas às de médio e grande porte. Levantamento da Secretaria da Agricultura do Estado, revela que os pequenos proprietários são forçados a vender suas terras, pois não conseguem liquidar os financiamentos junto aos bancos oficiais. Com o desaparecimento do minifúndio, vão surgindo as grandes fazendas, cujos proprietários não sabem utilizar as terras adequadamente. A situação é grave. Consome-se muito mais do que se produz. Dos 12.000.000 de hectares cultivados aqui no Paraná, mais de 6.000.000 de hectares são explorados apenas com o soja e o trigo. Enquanto o soja atinge uma elevação de seiscentos e setenta por cento, o arroz e o feijão tiveram um crescimento zero nos últimos anos. Se o governo não reformular a política agrícola, o êxodo rural vai continuar e nos grandes centros urbanos irão se ampliando os "cinturões da fome."

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Senhores NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA, Digníssimo Governador do Estado e SEGISMUNDO MORGENSTERN, Digníssimo Secretário dos Recursos Humanos, solicitando igualdade de tratamento entre todos os servidores públicos do Estado, através de extensão do 13.º salário, pago por antecipação aos Magistrados Membros do Ministério Público e Secretários do Estado nos meses de janeiro e fevereiro do corrente ano, às demais categorias funcionais do Paraná.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1.979.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA:

Como é do conhecimento público, o Governo do Estado, recentemente, solicitou desta Casa a aprovação de anteprojeto de lei pelo qual solicitava abertura de um crédito especial num montante de Cr\$ 895.000.000,00 novos.

Ocorre, que um dos itens que justificava aquele pedido veio assim redigido:

"Além disso, algumas das categorias funcionais do Estado, que tinham seu reajuste salarial apenas a partir de março, pela Lei n.º 7.099 de 06 de janeiro de 1.979 (lei do aumento) o tiveram antecipado para o mês de janeiro, representando cinquenta e dois milhões de cruzeiros de acréscimo na despesa".

Ora, essas categorias funcionais representam a Magistratura, os Membros do Ministério Público e os Secretários de Estado.

O aumento, Senhores Deputados, foi de quarenta por cento sobre o vencimento-base, correspondendo, em média a cinquenta por cento pagos a mais em janeiro e igual quantia em fevereiro de 1.979:

Agora, com a remessa da Mensagem n.º 143/79, o fato se repete, talvez por ignorância daqueles que elaboraram o plano de lei que se encontra tramitando na Assembléia Legislativa, ou seja, de nada vale proibir através do § 3.º, do Art. 1.º, a incorporação do PAS ao vencimento-base, após concedê-la a título de representação, no parágrafo anterior aos Magistrados, quando a Lei Complementar Federal n.º 35/79 (Lei Orgânica da Magistratura), de maior hierarquia, determina a incorporação de quaisquer vantagens concedidas aos magistrados a título de representação!

Assim, o PAS perdeu sua qualidade de "Parcela Adicional Social", porque, se representa o elevado percentual de vinte e cinco por cento sobre o vencimento-base do servidor mais humilde, e proíbe-lhe expressamente o cálculo das vantagens sobre esse módulo (?), por outro lado, permite ao servidor de vencimento-base mais elevado, para o qual ele representa o insignificante percentual de apenas um por cento, a sua incorporação para o cálculo das vantagens, quando aqueles que mais necessitam do amparo social do Estado!

É fato público e notório que a inflação já engoliu, desde agosto, o aumento concedido em janeiro! É fato público e notório que essa inflação chegará à casa dos setenta por cento antes de vigorar o aumento proposto pelo Governo! É fato público, notório e confesso, que o Governo antecipou o reajuste dos Magistrados, Membros do Ministério Público e Secretário do Estado nos dois primeiros meses do ano! É fato público e notório que grande parte dos servidores públicos do Paraná não terão condições financeiras para efetuar as suas compras de Natal à prazo, ficando à mercê de agiotas profissionais ou de prestações, mediante pagamento de elevados juros!

Então, por que não fazermos um sacrifício maior para o Estado e menor para o HOMEM que é sua meta, mediante a antecipação da concessão do PAS, em duas parcelas de cin-

qüenta por cento sobre o vencimento básico das categorias funcionais que não tiveram o reajuste de seus vencimentos antecipados em dois meses?

A fome, a agiotagem, as prestações, as mensalidades do BNH ou do Banco do Estado esperarão até janeiro?

Se ontem criticamos a concessão de apenas quarenta e dois por cento de aumento, hoje rogamos para que os bons propósitos do Governo, demonstrado com a volta do risco de vida e com a criação do PAS que seria melhor recebido se não houvesse nascido congelado, seja corroborado com um tratamento de igualdade a todos os Servidores Públicos do Estado, os quais, como já acontece em São Paulo desde 1978, esperam ser contemplados com uma Parcela Adicional de Natal que lhes trará a verdadeira PAZ!

Por outro lado, aos magistrados, caberá o reajuste da gratificação de representação, omitida na referida mensagem e que será assunto de outro requerimento de nossa autoria.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Ilustríssimo Senhor Doutor Jucundino da Silva Furtado, Presidente do Banco do Estado do Paraná S.A., solicitando a instalação de uma Agência do Banestado no bairro Vila Operária, na Cidade de Maringá.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1.979.

(a) ANTÔNIO FACCI.

JUSTIFICATIVA:

O bairro Vila Operária, em Maringá, é um dos mais populosos e progressistas daquela cidade, contando atualmente mais de 15.000 habitantes, de alta renda, funcionários públicos, comerciantes e fazendeiros, que precisam dos serviços bancários. É um bairro social atravessado pela Avenida Brasil; possui um grande hospital, farmácias, escolas e clubes, e não conta ainda com nenhuma agência bancária. Reconhecendo a pujança econômica de Maringá e os benefícios que trará à sua população, em termos de serviços bancários em geral, esperamos pela aprovação deste nosso requerimento.

A presente solicitação tem o apoio da Câmara Municipal de Maringá que, atendendo às contantes reclamações dos moradores e comerciantes daquele populoso bairro, encaminhou ofício a esta Assembléia Legislativa, encarecendo a necessidade da implantação de agência bancária do Banestado.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, Haroldo Ferreira Dias, solicitando que seja reativada a "Operação Bandeira Dois", visando maior proteção e segurança aos motoristas de táxi de Curitiba, classe que está traumatizada com a morte recente de dois profissionais do volante assassinados por assaltantes.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1.979.

(a) MÁRIO CELSO.

JUSTIFICATIVA:

Durante o período em que a "Operação Bandeira Dois" esteve funcionando, movimentando policiais civis e militares na Capital paranaense, nenhum caso de latrocínio ocorreu, pois a "blitz" foi realizada de forma prática e eficiente.

Nos principais pontos da cidade foram formadas barreiras policiais, com revista obrigatória em todos os automóveis tipo táxis.

Foi um trabalho preventivo que ajudou bastante a segurança dos profissionais do volante, diminuindo inclusive a prá-

tica normal de assaltos na cidade. Depois, a referida "operação" foi suspensa, provocando a intranquilidade da classe, motivando novos assaltos, culminando com a morte de mais motoristas. Na semana próxima passada, dois motoristas (Arcindo Silveira e Djair da Silva) morreram estupidamente nas mãos de verdadeiros marginais. Uma ação urgente de nossa polícia se faz necessária, evitando dessa forma os assaltos, as mortes e os conseqüentes linchamentos.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja sugerido aos Excelentíssimos Senhores NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA, Digníssimo Governador do Estado e SEGISMUNDO MORGENSTERN, Digníssimo Secretário dos Recursos Humanos, remessa de Mensagem Complementar a de n.º 143/79, a fim de que sejam sanadas pequenas omissões.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1.979.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA:

O anteprojeto de lei que acompanhou a Mensagem n.º 143/79, apresenta algumas falhas e omissões, as quais, por determinações constitucionais, somente poderão ser sanadas por iniciativa do Chefe do Poder Executivo.

Entre elas, podemos apontar:

1.º) — A omissão do reajuste da gratificação de produtividade, que fora concedido aos magistrados pelo Art. 7.º, da Lei n.º 6.569, de 25/06/74 e, posteriormente, transformada em representação pelo Art. 1.º, da Lei n.º 7.113, de 10 de abril de 1.979.

Para sanar essa omissão, sugerimos que se acrescente um parágrafo ao Art. 2.º, do projeto de lei que acompanha a Mensagem n.º 143/79, com a seguinte redação:

"Parágrafo único - Aplica-se o disposto neste artigo à gratificação de produtividade transformada em verba de representação pelo Art. 1.º, da Lei n.º 7.113, de 10 de abril de 1.979.

2.º) — No anexo que abrange a Parte Suplementar do Poder Judiciário, constou apenas o cargo de Assessor de Imóveis, omitindo-se os cargos de Assessor Jurídico, Assistente e Médico os quais poderiam acompanhar a seguinte Tabela:

VENCIMENTO-BASE	REMUNERAÇÃO PARCIAL	%
1.979	1.980 + PAS	
18.928,00	26.877,00 527,00 =	27.404,00 44,8

3.º) Por uma questão de coerência a tudo aquilo que foi dito expressamente na Mensagem n.º 143/79, não só sugerimos, como também apelamos ao Governo do Estado: SUPRIMA-SE o § 3.º, do Artigo 1.º, a fim de que se tornem reais os índices de reajuste amplamente divulgados pela imprensa de nosso Estado, pois, a Parcela Adicional Social — PAS, na forma como se apresenta, somente servirá de base de cálculo das vantagens dos Magistrados, amparados que estão pela Lei Complementar Federal n.º 35/79 (Lei Orgânica de Magistratura Nacional), em flagrante desigualdade de tratamento aos demais servidores públicos do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Ailton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho à tribuna, para falar sobre a Mensagem que está tramitando nesta Casa, e que trata do aumento dos servidores

públicos do Estado do Paraná. Quero particularmente me referir a alguns posicionamentos já conhecidos e do domínio público, do Deputado Fidelcino Tolentino:

Sua Excelência afirmou, os jornais publicaram, nós temos conhecimento, e que, o aumento dos servidores públicos paranaenses é de quarenta e dois por cento, esquecendo, entretanto, que a parcela adicional social — PAS, como está sendo chamada, faz parte do aumento dos nossos servidores.

Na verdade, quando o Deputado Tolentino afirma que o Governo está levando ao engodo o servidor público paranaense, Sua Excelência comete uma grande injustiça, além de deformar a verdade dos fatos, porque, um funcionário nível 1 que hoje percebe dois mil, cento e sete cruzeiros e que, a partir de janeiro de 1.980 vai perceber dois mil, novecentos e noventa e um cruzeiros mais quinhentos e vinte e sete cruzeiros da parcela adicional social, percebendo no cômputo total, três mil, quinhentos e dezoito cruzeiros, obtém um aumento de sessenta e sete por cento; vinte e cinco por cento a mais do que afirma o Deputado. O funcionário que recebe o menor percentual de aumento, vai receber, a partir de 1.º de janeiro de 1.980, quarenta e oito ponto dois por cento; a menos que, o Deputado Tolentino entenda que os quinhentos e vinte e sete cruzeiros da parcela adicional social, não têm valor e não sejam utilizados pelos funcionários públicos paranaenses, seja uma importância simbólica para constar do contra-cheque do servidor, caso contrário, não se pode deixar de reconhecer de que este é um aumento real, e com uma vantagem, adicional, que o Deputado não mencionou. Estes quinhentos e vinte e sete cruzeiros talvez, para o Deputado, não tenha significação nenhuma mas tem uma grande significação para o servidor de salário mínimo, porque corresponde a vinte e cinco por cento do valor do salário mínimo e ainda uma vantagem, adicional. Quando houver a alteração do valor do salário mínimo, em 1.980, automaticamente esta parcela adicional será corrigida, ou seja, o servidor público paranaense, também terá o aumento, quando majorado o salário mínimo.

Mas, o Deputado Tolentino ao que parece, preocupou-se muito com possíveis distorções, com possíveis imperfeições e esqueceu de dizer que o Pessoal Suplementar, que foi agora efetivado através da Lei n.º 7.208, vai ter um contingente a receber. Cento e setenta e oito por cento de aumento. As serventes, PS 1, que recebem hoje, Cr\$ 1.264,00, receberão a partir de 1.º de janeiro, Cr\$ 3.518,00. Cento e setenta e oito por cento de aumento. Isso, certamente, não passou pela análise do Deputado que faz este tipo de denúncia. Denúncia que considero, com a maior tranquilidade, fantasiosa, denúncia que carece de total fundamento, denúncia que na verdade, em nada está contribuindo para a boa informação do servidor público paranaense. Vale acrescentar também, a oportunidade em que esta Casa inicia a apreciação desta matéria.

Hoje, o servidor público do Estado já tem consciência que a partir de 1.º de janeiro de 1.980, vai receber um aumento correspondente ao um dos quadros que está aqui estabelecido nesta Mensagem do Governador do Estado.

Nós sabemos que em outros anos esta Casa no início da Sessão Legislativa, apreciava as Mensagens Governamentais, sobre o aumento salarial, com efeito retroativo, para vigência dos dispositivos legais.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao vir a esta tribuna, quero, principalmente, restabelecer a verdade. Os aumentos oscilam entre quarenta e oito ponto dois por cento e sessenta e sete por cento e metade dos servidores públicos do Paraná, metade de um contingente, de perto de 90.000 servidores públicos, metade vai receber dentro desta faixa percentual maior, sessenta e sete por cento. O resto, Sr. Presidente, é faltar realmente com a verdade, é sofismar, é induzir o servidor público e a opinião pública deste Estado, é induzir o

servidor público, principalmente, a uma posição que não é compatível com a realidade e que principalmente não retrata, não espelha o texto frio deste plano de lei, encaminhado pelo Governador Ney Braga.

Ao fazer este pronunciamento, lamento que essas informações, estejam colocadas nos termos em que estão, principalmente partindo de um Parlamentar que tem se manifestado como um interessado em matéria salarial dos servidores públicos do Estado do Paraná.

Muito obrigado.— (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, nobres Deputados.

Encaminhamos à Mesa um requerimento, requerendo envio de expediente ao Sr. Amauri Stabile, Ministro da Agricultura.

Nos jornais do último fim de semana “Incidente entre Ney e estudantes”.— (Lê):— O Governador Ney Braga viveu horas amargas ontem em Maringá, ao ser envolvido em dois incidentes contra cerca de 200 estudantes da Universidade que protestavam contra a política educacional e o aumento de trinta e cinco por cento das anuidades escolares a partir de 1.980.

Gritos, insultos, empurrões e palavras ásperas foram ouvidas das duas partes, devido ao alto grau de instabilidade emocional registrado defronte à sede do Serviço Social do Comércio, sendo necessária a intervenção policial para permitir a saída do Governador do local após terminar seu discurso de abertura do Seminário sobre industrialização.”

Vou ler trechos desta matéria: “Ao aproximar-se dos estudantes do interior no carro oficial do Prefeito João Paulino Vieira Filho, Ney Braga começou a sorrir, pensando tratar-se de uma manifestação de apoio a ele. Porém, percebeu que a manifestação era de protesto. E, ao aproximar-se dos estudantes, estes começaram a gritar em coro uníssono: “Congelamento, congelamento”.

Outro detalhe: Após a troca de palavras, de gritos que os estudantes pediam congelamento das anuidades, que seria o tópico da matéria: “No interior do recinto Ney Braga não conseguia disfarçar o nervosismo, ao discursar na abertura do Seminário. Enquanto dizia frases vagas sobre o plano, na realidade sua atenção estava voltada para os gritos e as vaias vindas defronte ao prédio, local onde os estudantes ficaram concentrados.

O desequilíbrio emocional do Governador era tanto que ao invés de ler o discurso previamente redigido, preferiu falar de improviso durante pouco mais de cinco minutos, frustrando as expectativas dos empresários sobre as diretrizes governamentais para o processo de industrialização do interior do Estado.

Enquanto o Governo Federal destinará apenas dois ponto cinco por cento do orçamento à Educação, no próximo ano o Exército contemplado será com trinta e cinco por cento” — diziam os estudantes.

Na saída o Governador Ney Braga novamente envolveu-se em incidentes com os estudantes, os quais queriam a todo custo uma definição governamental sobre o aumento das anuidades para o próximo ano e melhoria da infraestrutura das Faculdades paranaenses.

O Governador repetiu novamente: “Não tenho medo de gritos e nem de faixas”. O Chefe do Executivo paranaense recebeu novas vaias.

Constrangido, o Reitor Neumar Adélio Godoy pouco pode fazer para amenizar os protestos, já que momentos antes o Governador passara-lhe uma dura advertência por não ter sido avisado sobre os protestos. Enquanto o motorista oficial tentava a todo custo abrir caminho entre a pequena multidão formada unicamente por estudantes, Ney ainda deixou escapar a frase de que “a gritos, nem cachorro obedece”.

Tenho aqui, uma cópia do discurso de Ney Braga, na sua posse: "Vamos trabalhar, não com mãos crispadas que proclamam o ódio, mas com as mãos completamente abertas em direção ao nosso próximo, em busca de servir, em busca do diálogo franco. Diálogo não é somente interlocução. É, sobretudo, a compreensão integral do relacionamento humano. É exercício do respeito mútuo.

É nosso dever preparar os caminhos para chegarmos ao saber, mostrando que o conhecimento só é útil quando aplicado com sabedoria. Para o meu governo a educação será prioritária. A nossa consideração aos professores e aos estudantes, que, sei muito bem, constituem o patrimônio vivo de uma pátria que merece ser sempre mais feliz."

A gente observa a incongruência entre o discurso do Governador durante a posse, ao Governo do Estado e a posição do mesmo Governador com relação aos estudantes em Maringá.

Esperava-se, por ser a autoridade maior do Estado, que o Governador ao sentir o movimento dos estudantes pedisse ao Prefeito João Paulino Vieira Filho que marcasse uma reunião, um encontro com os estudantes, logo após a reunião que ele, Governador teria com o setor industrial da cidade de Maringá.

É preciso ouvir, é preciso trocar idéias, porque nós já tivemos um exemplo da falta de habilidade política do ex-Governador Jayme Canet, quando negou-se a um diálogo com os professores que estavam em greve numa Assembléia, em Londrina. Não adianta pregar num discurso bonito o diálogo, a abertura, quando na prática não se realiza nem abertura e não se concretiza nem o diálogo."

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O eminente Deputado Airton Cordeiro insiste, sistematicamente, em agredir este Deputado que tem sido uma voz constante na luta pelo melhor nível de vencimento do funcionalismo público. Sua Excelência prima por defender o Governo, quando deveria primar pela defesa do funcionário público e o que é pior, Sr. Presidente, lamentavelmente vai à tribuna dizer que este Deputado insiste em faltar com a verdade.

Sou forçado a usar as lâmpadas deste plenário, que gostaria que fossem lâmpadas naturais e não artificiais e, naturalmente, com o dia de maior ou menor luz, o eminente e brilhante Deputado insiste em que a gratificação dada pelo Governo do Estado, não é engodo para o funcionalismo público.

Reafirmo sem medo de errar, Sr. Presidente, que o aumento do funcionalismo público, sobre o vencimento base do funcionário público é realmente 42%; porque os Cr\$ 527,00, é apenas uma gratificação e não integrante do vencimento, porque não incorpora os vencimentos básicos do funcionalismo. Quando muito, aí que há uma grande injustiça, se incorpora sim, mas aos desembargadores, porque através de leis que passaram por esta Casa e com base na Lei Orgânica da Magistratura, à eles sim incorpora, estas parcelas fixas de Cr\$ 527,00.

Agora, se Sua Excelência quiser dizer que o aumento de 42%, mais o fixo de Cr\$ 527,00, corresponde ao nível 1, a x% do que está recebendo, até poderia concordar. Mas que será uma grande injustiça dizer que o funcionalismo público receba 69, 70, 62, sei lá que percentual que diz Vossa Excelência, isto não posso concordar. Na verdade, Sr. Presidente, é uma questão de números. O Governo realmente, com a sua tecnocracia aprimorada para criar sofismas, ele sim, o Governo sim, e todos os Governos: Federal, Estadual e muitos Governos municipais, usam de uma artimanha numérica para engodar os mais incautos e os mais distantes da cultura.

O PAS, que poderia ser chamado de PAZ com "Z" e não

com "S", não é vencimento, é apenas uma gratificação. Que, aliás, recebeu o estranho vocábulo, — estranho ao Direito Administrativo, módulo. Módulo dá impressão que é relativo ao problema agrário. Por isto se chamou de módulo. Então é difícil de se interpretar.

Na verdade, se fizermos os cálculos de que um funcionário ganhando seis mil cruzeiros, com o aumento de vencimentos de 50%, ele receberia nove mil cruzeiros. Mas se este PAS fosse integrante de seus vencimentos, não seria uma parcela fixa. Absolutamente. E nesta parte não posso concordar. O que a imprensa retratou, retratou com fidelidade, e os funcionários depois que receberam os seus vencimentos a partir de janeiro, poderão fazer os cálculos sobre o total que vão receber, com base no que recebiam e, evidentemente, estarão formulando a mesma equação que nós formulamos. A mesma expressão aritmética que nós formulamos. Por essa razão, lamento discordar não só discordar, mas refutar com toda a veemência, a insinuação de Sua Excelência o eminente Deputado Airton Cordeiro. E aproveito, Sr. Presidente, a oportunidade, agora dessa tribuna, para encaminhar os dois requerimentos dirigidos ao Governo do Estado e ao Secretário de Recursos Humanos, para apresentar sugestões ao nível das expressões contidas em pronunciamentos, que daqui pronunciei. E também estas sugestões poderão valer, para refutar terminante e indubitavelmente "ipsis verbis" o que pronunciou o eminente Deputado Airton Cordeiro. E a verdade está clara, basta ler o parágrafo 3º da Mensagem, que diz: — "A Parcela Adicional Social, PAS, não servirá de base ao cálculo de quaisquer outras vantagens".

Acho que é final, esta sentença dada pelo próprio Governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Sr. Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No dia 14 do mês de setembro, próximo passado, demos entrada nesta Casa, de um requerimento em que solicitávamos ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança Pública, do Estado do Paraná, providências para que fosse remetida uma viatura para a Delegacia de Polícia da cidade de Engenheiro Beltrão. E nas justificativa que apresentávamos naquela oportunidade, dizíamos o seguinte: — "Trata-se de uma velha reivindicação da população de Engenheiro Beltrão, que se vê ameaçada pela insegurança, dado que a Delegacia local, não conta com viatura para atender as suas necessidades. Daí apelarmos para o Sr. Secretário de Segurança Pública, para que o mesmo tome esta providência, para poder sanar este problema, de uma população realmente preocupada com a segurança deste município."

E fazíamos este requerimento naquela oportunidade, reforçando um pedido da Câmara de Vereadores daquele município, efetuada no mês de março; seis meses depois, eu vim a esta tribuna e ratifiquei o pedido, dada a insegurança que existe no Município de Engenheiro Beltrão. Mas, quer nos parecer, que pedidos ou requerimentos formalizados por Deputados da Oposição, aqui nesta Casa de nada valem. Não encontram eco. E eis que na semana passada, na cidade de Engenheiro Beltrão, de quinta para sexta-feira, ocorreram nove arrombamentos, com nove invasões de domicílios. E numa destas invasões, Sr. Presidente, Srs. Deputados, uma menor de quatorze anos foi estuprada brutalmente, uma menor de 14 anos, só não foi morta, porque conseguiu gritar posteriormente, senão seria assassinada. E eis que a família tomando as providências de imediato, telefona para a Delegacia de Polícia local e recebe a resposta de que a Delegacia não poderia atender a ocorrência, porque não tinha viatura para atender o município. Isto é uma vergonha, Sr. Presidente, Srs. Deputados!

Aonde é que está o direito do povo deste Estado que recolhe impostos? E quando faz as reivindicações não é atendido? Está lá o Município de Engenheiro Beltrão, numa total insegurança e queria aqui, Sr. Presidente, deixar este registro, para que providências sejam tomadas, para que a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, tome providências, para que dê condições àquele município, para que a sua população tenha segurança de vida e tenha, pelo menos, uma viatura que ele tem direito porque ele recolhe impostos.

Era isso, Sr. Presidente, que eu queria deixar registrado aqui desta tribuna.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao nobre Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ouvimos atentamente o pronunciamento dos Deputados do MDB e do Deputado Airton Cordeiro, onde concordamos com o homem de nossa bancada, que está lutando, sem demagogia, ao lado do funcionalismo.

Queremos, apenas, discordar, Sr. Presidente, das palavras do meu eminente companheiro e amigo de outra bancada, Deputado Fiori Luiz; esse homem que fala que Ney Braga não quis atender os estudantes, talvez pela sua conduta, política, pela sua vontade de ser do contra não estivesse a par dos fatos, sabendo nós, homens da ARENA, que conhecemos o Governador Ney Braga, homem disposto ao diálogo, homem que faz do estudante paranaense, como fez do estudante brasileiro, e do problema do ensino da nossa Nação, uma bandeira e seu objetivo político.

Queremos pedir vênica ao Deputado Fiori Luiz, para discordarmos de suas acusações, talvez levadas pelo euforismo, pelo falso messianismo, dos homens que querem criticar quem procura lutar, e lutar abertamente, de mão estendida, como o Governador Ney Braga vem lutando com os estudantes. Só que, no momento de respeitarmos uma autoridade, tem que haver respeito e tem que haver diálogo. Não há de haver coação, a não ser que os estudantes que foram interpelar Ney Braga em Maringá, sejam como melância, verde por fora e vermelho por dentro.

Assim, nós haveremos de ver homens de responsabilidade e de tirocínio de Fiori Luiz, a vir atacar um Governador da estirpe, do gabarito de Ney Braga, que, com o coração aberto e as mãos estendidas, dá tudo o que é possível aos estudantes e à classe do professorado.

Então, Sr. Presidente, não podíamos deixar de refutar as acusações talvez levianas, não do Deputado Fiori Luiz, mas os comentários dos seus informantes, porque sabemos que Ney Braga tem uma audiência marcada com os estudantes e com o Reitor da Universidade de Maringá, para, sentados numa mesa, procurem equacionar o problema concernente, sem demagogia, e sem falso messianismo, como dizia eu; o problema concernente ao estudante de Maringá e do Paraná. E é por isso, Sr. Presidente, que não podemos escutar calados; e é por isso que fomos atacados, quando diziam no jornal, que não precisávamos dos votos dos professores.

Continuaremos lutando pela verdade, e é por isso que digo ao Deputado Fiori Luiz, vamos defender os estudantes, mas os verdadeiros estudantes e deixemos as melâncias de lado.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — No Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Fidelelino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Mais um engano que está se instalando no Poder, mais uma falsa doutrina democrática querem implantar, esse Governo Militar Revolucionário, através da chamada reformulação

partidária. O Governo dito Revolucionário, está promovendo a nova impostura à Nação, e ousa chamar esse premeditado ato lesivo à democracia, de, reforma partidária, embora a sociedade toda saiba que suas intenções, pequenas, têm endereço exclusivo de, desestabilizar, de dividir, de dilacerar a resistência crescente da Oposição no País. A manobra que se usa é, outra vez, a menos digna, porque, baseada no arbítrio, na força, e, usa o Poder, a imposição do peso do Estado, sobre o cidadão. E o faz, sem constrangimento, usando a mesma carranca que vem caracterizando o regime militarista e de força, de ditadura e de arbítrio nesses intermináveis 15 anos que do Poder dispõe. Premido pelos reflexos negativos do desastre do modelo econômico, centralizador e elitista, sente que, aos poucos, a classe trabalhadora do País vem ativando a coragem de promover um confronto entre o trabalho e o capital, visando reintegração de posse no espaço perdido, com o movimento instalado em 1964. Temeroso de perder o controle, desse Poder, que tanto usa contra os seus adversários, o Governo aciona uma gama de leis casuísticas que garantem sem legitimidade, a sua permanência na condição dos destinos nacionais. O exemplo mais gritante está na legislação casuística sob a qual nomeia Prefeitos de Capitais, Prefeitos das Fronteiras, das Estâncias Hidrominerais, Governadores de Estado e Senadores "biônicos". Os atos institucionais, as emendas constitucionais, a Lei de Segurança Nacional, os decretos-leis, a Lei Falcão, a Lei Orgânica dos Partidos, a Lei Orgânica da Magistratura, o Estatuto dos Cassados, a Lei de Imprensa, o esdrúxulo Decreto-Lei 477, 288, o "pacote de abril", as repressões, as torturas, que são mecanismos para conseguir o instrumental de legalidade no Poder. E o Governo tem usado tudo isto, sem limite, para sobrestar a mobilização e o avanço da Oposição, visando confundir as forças vivas da Nação e impossibilitar o agrupamento de lideranças opostas aos seus objetivos, busca, agora, induzir o povo a erro premeditado, falando, em várias oportunidades, que, é o seu desejo, transformar o País em democracia. Esta tem sido a tônica destes 15 anos de sufoco, de impostura que o próprio Governo impõe a toda a nacionalidade. Mas, parece agir como a gibóia, Sr. Presidente, que hipnotiza a sua presa dando-lhe o golpe e o esmagamento, devorando-a em seguida, sem qualquer possibilidade de resistir. Nesse hipnotismo vem, há tempo, ganhando terreno, na cautela de evitar surpresas ou contratempos. E, pelo "pacote de abril" impôs-se ao Congresso Nacional já há muito diminuído, sem grandeza e obediente, composto do subproduto da consciência social. Os dirigentes do partido oficial, lapidado nas oficinas que produzem as doses certas para cada homem do seu contingente, ascenam para a classe política, com o mesmo desdém que se agarram às sombras da mesa, que o banquete do poder, permite desperdiçar. A anistia restrita, que foi uma conquista da sociedade, aparece agora como um presente do Governo, como um gesto de bondade, mas as camadas conseqüentes sabem, foi uma jogada política, para acomodar a inquietação social. No entanto, é mais esse anel que o Governo entrega para preservar o seu dedo.

Com a volta dos exilados imagina o Governo, motivar a explosão ideológica dentro da Oposição, em proporções tais que inviabilizem quaisquer reconciliações.

Mal termina a acareação dessa urna mortuária, prepara o desterro das atuais agremiações políticas, fazendo crer nos incautos, que se trata de um grande projeto, revitalizador da democracia.

Entretanto, o seu desiderato é explodir a Oposição, e a sua intenção, não é restabelecer sinceramente o pluripartidarismo, mas tão só dividir o MDB, para continuar reinando como tem reinado.

Por isso usa o artifício de que as novas agremiações, deverão iniciar as suas denominações como "Partido" e as siglas com "p".

Está claro que o uso que é isso, é para decretar o funeral

do MDB e quer para tanto, livrar-se desse corpo estranho que denominou "ARENA", tão submisso que lhe tem garantido a maioria bovina no Congresso Nacional, e que agora, cada vez mais, repudiada pelos eleitores, tenta contra a segurança do Governo, mas este não precisaria deste artifício, afinal, a corrupção tanto eleitoral, como administrativa, que tanto a imprensa divulga, a máquina do poder, a intimidação e ameaça, sempre lhe deram resultados numéricos superiores e quando isso começou a deixar dúvidas, veio o bionicismo, para tirar qualquer possibilidade de perder o controle.

Será que estaria agora se envergonhando das próprias criaturas? Impossível para um sistema que matou, que torturou, que banuiu e que exilou. Não. Isso não é medo. Medo seria de perder apenas o poder e não de continuar o saque que tem praticado.

Ao longo dessa ditadura narcisista, um fenômeno estranho violentou os princípios da Teoria Geral do Estado. É que a figura do governante, chegou a ser confundida com o próprio Estado e daí o cidadão que ousasse um desafio político ao Governo, caía em desgraça e não raro, infringia a Lei de Segurança Nacional, penetrando num abismo de horror, levando consigo, muitas vezes, o destino da própria família. O que seria então essa reformulação partidária. Por certo, mero artifício para ganhar tempo e manter-se incólume. Esse País tornou-se a terra da fantasia e o Governo, perdido na sua conhecida incapacidade, faz o papel de Nero, e procura incendiar a discórdia, a miséria e a fome.

Prefere não entregar a Nação aos brasileiros e entrega aos poucos, solenemente ao capitalismo estrangeiro, porque o seu ódio e orgulho, impedem esse mesmo Governo de praticar apenas e ao menos, um gesto de grandeza. O encontro da Nação, com o Estado e aí se confraternizar o povo brasileiro, para reorganizar as suas estrutura e dimensionar a Pátria tão sonhada.

Por isso não pretende fazer e nem aceita que se faça uma reforma de base, profunda, democrática, onde as correntes de pensamento se alinhem num conduto partidário que expresse as suas aspirações e nele construa um programa baseado na ideologia que comunguem. Ali, dentro desses parâmetros de atividades exerçam, então, desta forma o direito de conquistar o poder, para transformar a sociedade segundo as suas próprias idéias.

Mas a tutela exercida pelo Governo é absorvente e não aceita libertação, muito menos e tão pouco o exercício da liberdade. E o que é pior, Sr. Presidente, impede com a força de que dispõe que a própria Pátria seja reconstruída, reeducada, reorganizada e rearticulada, nela se instalando um verdadeiro Regime Democrático.

Ilude a muitos e duvida de todos os que o criticam, atribuindo a si e a sua corte escolhida o direito de governar.

Mas esta Nação está viva e num futuro próximo, se Deus quiser, haveremos de consolidar um regime de libertação legitimado pela força do trabalho e do trabalhador, e dos homens de bem deste País, nacionalistas e patriotas verdadeiros.

O M.D.B. deseja a reformulação partidária, mas quer uma reforma sem mentiras, sem subterfúgios e nem ciladas, para que o próprio País encontre o caminho que deseja.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa consulta a liderança do M.D.B., se deseja fazer uso do seu horário. — (Pausa).

O SR. FIORI LUIZ — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Tendo declinado, consulto a liderança da ARENA se deseja fazer uso do seu horário. — (Pausa).

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 57 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 103/79, que transfere para a localidade de PINHAL DE SÃO BENTO, a sede do Distrito Administrativo de Pinhal de São Bento, do Município de Santo Antônio do Sudoeste. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI N.º 103/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica transferida para a localidade de PINHAL DE SÃO BENTO, a sede do Distrito Administrativo de Pinhal de São Bento, do Município de Santo Antônio do Sudoeste.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de outubro de 1979.

(aa) RENATO BERNARDI — Presidente

DAVID FEDERMANN — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 128/79, que declara de utilidade pública a Sociedade Filantrópica "Humanitas", com sede e foro no Município de São Jerônimo da Serra. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI N.º 128/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a SOCIEDADE FILANTRÓPICA "HUMANITAS", com sede no Município de São Jerônimo da Serra.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de outubro de 1979.

aa) RENATO BERNARDI — Presidente

DAVID FEDERMANN — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 135/79, que declara de utilidade pública o "Movimento Familiar Cristão" - M.F.C., com sede e foro na cidade de Curitiba. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI N.º 135/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o MOVIMENTO FAMILIAR CRISTÃO — M.F.C., com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de outubro de 1979.

(aa) RENATO BERNARDI — Presidente

DAVID FEDERMANN — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 137/79, que declara de utilidade pública a "Fundação de Ensino Técnico de Londrina - FUNTEL", com sede e foro na cidade de Londrina. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI N.º 137/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a FUNDAÇÃO DE ENSINO TÉCNICO DE LONDRINA - FUNTEL, com sede e foro na cidade de Londrina.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publica-

ção, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de outubro de 1979.

aa) RENATO BERNARDI — Presidente

DAVID FEDERMANN — Relator

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 42/79, de autoria do Deputado FIDELCINO TOLENTINO, que autoriza o Poder Executivo construir um hospital destinado ao atendimento dos Servidores Públicos Estaduais, denominado "Hospital do Servidor", e dá outras providências. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., por maioria, C.F. e C.R.H., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 42/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a construir um hospital para atendimento dos servidores públicos estaduais, o qual será denominado "HOSPITAL DO SERVIDOR".

Art. 2.º — Caberá ao Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná (I.P.E.) administrar o HOSPITAL DO SERVIDOR, segundo regulamento a ser expedido por Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 3.º — As despesas com a execução da presente lei correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1979.

a) FIDELCINO TOLENTINO

Apoio: NESTOR BAPTISTA

JUSTIFICATIVA:

Em que pese os esforços do Instituto de Previdência do Estado, até o presente momento não temos notícia do cumprimento do disposto no artigo 77, inciso II, da Constituição Estadual, que dispõe:

"Art. 77 — O Estado promoverá o bem-estar e o aperfeiçoamento físico, intelectual e moral dos funcionários e de suas famílias e para esse fim organizará:

I —

II — Assistência hospitalar gratuita."

Ora, sabendo-se que os servidores do Estado são obrigados a pagar um elevado percentual para atendimentos hospitalares, temos como certo que o preceito constitucional acima transcrito não está sendo observado.

Por outro lado, esta Casa, recentemente, passou por momentos de grande emoção, quando sob os aplausos de toda a bancada do M.D.B., os nobres Deputados das duas bancadas, por unanimidade, rejeitaram inicialmente, o veto apostado pelo ex-governador em projeto de lei que extinguiu o pagamento de taxa ao Instituto de Previdência do Estado, para exames de análises clínicas. Entretanto, voltou atrás a bancada do Governo caindo o projeto e prevalecendo o veto, causando assim lamentável retrocesso no sistema assistencial.

A construção do HOSPITAL DO SERVIDOR, benefício já concedido a funcionários públicos de diversos Estados brasileiros, inegavelmente virá minimizar o grave problema gerado pela falta de cumprimento do dispositivo constitucional que prevê assistência hospitalar gratuita aos servidores públicos do Estado do Paraná.

Trata-se de uma obra que vem sendo preterida e que não mais se justifica postergar pelo fato de nosso Estado estar em franca progresso e desenvolvimento, alargando a faixa de servidores que esperam dos poderes constituídos, tratamento compatível com a pujança e força sócio-econômica desta unidade federativa. Além do reconhecimento pelo esforço e trabalho do Servidor Estadual, o estágio de cultura e desenvolvimento científico do Paraná, impõe que o Governo do Estado, assimilando essa conquista, promova o bem-estar adequado do seu funcionalismo, oferecendo-lhe no campo da saúde, um hospital modelo

e bem dotado para servir de testemunho aos nossos posteriores de que, pelo homem, pelo ser humano, voltam-se as atenções do Estado e do Governo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 42/79

O projeto de lei em pauta visa autorizar o Poder Executivo a construir um hospital para atendimento aos Servidores Públicos Estaduais, com a denominação de "Hospital do Servidor".

Tratando-se de mera autorização legislativa, embora a iniciativa da construção do Hospital caiba ao Poder Executivo, o presente plano de lei não fere qualquer dispositivo constitucional ou legal, motivo pelo qual opinamos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29 de agosto de 1979.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

NELTON FRIEDRICH — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 42/79

De autoria do nobre Deputado Fidelcino Tolentino, tem por finalidade o presente plano de lei dispor sobre a construção de um hospital destinado ao atendimento dos Servidores Públicos do Estado do Paraná, denominado "HOSPITAL DO SERVIDOR", e dá outras providências.

A referida matéria já mereceu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Quanto ao aspecto financeiro a que é chamada a opinar esta Comissão, temos que nada há que possa impedir sua tramitação normal por esta Casa.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela aprovação da matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

aa) AGUINALDO PEREIRA LIMA — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO — Relator

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 42/79

O projeto de lei ora em apreciação, mereceu parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Do ponto de vista desta Comissão de Recursos Humanos, tratando-se de medida de indiscutível alcance social e que, nesta fase, não passa de uma mera autorização Legislativa, não vemos qualquer óbice a antepor.

Somos, portanto, pela APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 02 de outubro de 1979.

aa) WILSON FORTES — Presidente

GILBERTO CARVALHO — Relator

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 98/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 61/79), que aprova convênio de auxílio e cooperação celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Clevelândia, com interveniência de órgãos que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 99/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 83/79), que aprova convênios de auxílio e cooperação, celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e Municípios nominados, que com a interveniência da Secretaria do Planejamento e da FAMEPAR, objetiva a aplicação de recursos financeiros na forma que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 100/79, de

autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 93/79), que aprova termo aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Piraquara, que com a participação da COMEC visa a aplicação de recursos financeiros da referida Coordenação, em obras que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 101/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 99/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Cidade Gaúcha, objetivando execução de obras na sede do referido município, destinadas ao combate da erosão. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 102/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 100/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Iguaçu, objetivando execução de obras na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão no Noroeste do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 103/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 101/79), que aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Altônia, objetivando execução de obras na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão no Noroeste do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 104/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 107/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Alto Piquiri, objetivando execução de obras na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão no Noroeste do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 105/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 74/79), que aprova convênio de cooperação celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de Campo Largo, visando condicionar diretrizes do trânsito com planejamento urbano do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 106/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (Mens. Govern. n.º 76/79), que aprova convênio de cooperação entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de Apucarana, objetivando condicionar diretrizes de trânsito com o planejamento urbano do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 107/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 88/79), que aprova termos aditivos a convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e Municípios nominados, que com a interveniência de órgãos que

específica, objetiva realização de serviços voltados ao desenvolvimento urbano dos referidos municípios. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 108/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 103/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Cianorte, objetivando execução de obras de combate à erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão e do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 109/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 104/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de São Pedro do Paraná, objetivando a execução de obras na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão no Noroeste do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 110/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 110/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Umuarama, objetivando a execução de obras na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Alziro Zarur, fundador da Legião da Boa Vontade. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Jorge Iede. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ricardo Eugênio Graeser, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Secretaria dos Transportes, em forma de pedido de informações, sobre um rol de questões relativas a rodovias. — Rejeitado.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa defere, e procederá a verificação de votação.

7 Srs. Deputados aprovam; 12 Srs. Deputados rejeitam. Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para o dia 23, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 42/79, e dos Projetos de Resolução n.ºs: 98, 99, 100, 101, 102, 103, 103, 105, 106, 107, 108, 109 e 110/79.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 133/79.
Levanta-se a sessão.